

Interesses nacionais freiam avanço em reunião do G-20

Assis Moreira

China, porém, aceita avaliação de sua política cambial

Autoridades econômicas dos principais países concordaram no sábado, na reunião do G-20 em Paris, em usar uma série de parâmetros macroeconômicos como forma de medir a situação de equilíbrio (ou desequilíbrio) da economia global. Por pressão da China, o tamanho das reservas internacionais ficou de fora desses parâmetros, mas Pequim acabou cedendo e aceitou indiretamente o uso de taxas de câmbio. O acordo, porém, não terá impacto imediato nas políticas econômicas dos países, nem reduzirá o risco de guerra cambial e comercial.

O Brasil teve uma posição pragmática em relação à China no G-20, mas aparentemente confundiu certos membros do grupo na negociação para atacar problemas de câmbio e comércio.

Na longa e dura negociação em Paris, o Brasil não apoiou os Estados Unidos e nem se alinhou automaticamente à China, mas tampouco ficou claramente contra a insistência de Pequim de recusar o uso da taxa de câmbio como indicador de desequilíbrio na economia mundial, pelo menos na percepção de alguns membros.

O ministro de Finanças da Itália, Giulio Tremonti, deu entrevista apontando a China e o Brasil como os países que rejeitavam a taxa de câmbio como indicador e insinuando que ambos bloqueavam um acordo. Alguns jornalistas italianos, surpresos, já que os dois países tem realidades cambiais diferentes, checaram de novo com o porta-voz de Tremonti para saber se ele errara ao mencionar o Brasil. A resposta foi que era isso mesmo.

Já o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou, depois da negociação, que o Brasil chegou "a um acordo de colocar os vários indicadores que interessavam ao Brasil" Segundo Mantega, "o principal para nós era a inclusão de contas externas, taxas de câmbio". Ou seja, exatamente o que Pequim tentou rejeitar.

Um negociador brasileiro disse que a realidade na negociação foi refletida na fala de Mantega. Ele observou que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, coordenaram posição previamente, mas sem representar uma aliança integral, justamente por divergências, como no uso da taxa de câmbio como indicador para avaliar os desequilíbrios econômicos. Em outros temas, as divergências também são evidentes entre os emergentes.

A questão, porém, é de percepção entre os membros do G-20. Um negociador latino, que pediu para não ser identificado, disse ter ficado "claro" que o Brasil era contra uso do câmbio. Um alemão admitiu não ter entendido o que o país queria. Um terceiro afirmou ter entendido nas discussões técnicas que China, Brasil, Indonésia, Coreia do Sul, Argentina e África do Sul se opuseram, enquanto Estados Unidos, Alemanha e o Banco Central Europeu queriam mencionar explicitamente o câmbio.

A negociação do comunicado final dos ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais das principais economias desenvolvidas e emergentes bateu um recorde, começando às 20h da sexta-feira e terminando às 10h30 da manhã do dia seguinte. O documento foi depois revisado de novo pelos ministros, refletindo o confronto.

No fim, saiu uma lista de indicadores de metas quantitativas, limitando a futura avaliação das políticas: dívida pública e déficit fiscal, poupança e dívida privadas, desequilíbrio externo composto de balança comercial e fluxo líquido de renda de investimentos e transferências (sobretudo remessas de trabalhadores).

A China conseguiu evitar referencia a "contas correntes". E a taxa de câmbio entrou para ser submetida ao escrutínio internacional através de uma sutileza de linguagem burocrática típica desse tipo de negociação, com os ministros dizendo que serão "levadas em devida consideração" as políticas cambial, fiscal, monetária e outras políticas. Em certo momento, a

referencia à taxa de câmbio saiu do texto, mas foi reintroduzida por insistência de Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha.

Um negociador brasileiro considerou o resultado sobre câmbio melhor que o obtido pelos assessores ao longo da noite. O Brasil insistiu para que os desequilíbrios globais não fossem abordados, dando ênfase em câmbio ou situação dos emergentes, mas também sobre as políticas monetária, fiscal e fragilidade das instituições financeiras de países ricos.

O acordo de Paris basicamente mantém andando o processo de negociação de um arcabouço para avaliação mútua das políticas econômicas. Mas não tem impacto no curto nem no médio prazos. A disputa por fatias de mercado e o risco de guerra cambial continuam.

Para Mantega, a existência dos indicadores não tem consequência imediata, mas serve para ilustrar "alguns desequilíbrios externos e confirmar que existe guerra cambial, países com câmbio mais desvalorizado que outros". Para um negociador, o Brasil vai continuar criticando os EUA e a China por causa de políticas que mantêm as moedas subvalorizadas.

No G-20, ficou também de fora o uso de reservas internacionais para indicar desequilíbrio econômico, aceitando a posição da China, que não quer nem ouvir falar de limites ou "volume adequado" para suas reservas, próximas de US\$ 3 trilhões. O Brasil teve posição idêntica. Mas, no fim do G-20, negociadores admitiam que esse item não era "fundamental" ao país, pois as reservas são consideradas adequadas em relação ao PIB.

O jogo sobre câmbio no G-20 é realmente entre Estados Unidos, país com o maior déficit comercial, e China, com o maior superávit e moeda desvalorizada. O pano de fundo no confronto é quem vai pagar mais a fatura do processo de ajuste da economia mundial.

Pequim indicou que pode mudar seu modelo de desenvolvimento, baseado nas exportações, por uma economia mais voltada ao seu gigantesco mercado doméstico. Mas o presidente do Banco Central chinês, Zhou Xiaochuan, avisou que "isso será lento, pode levar dez anos no mínimo".

A próxima batalha diplomática será para determinar até abril a metodologia e como os indicadores escolhidos serão utilizados. Depois, o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá fazer uma ampla avaliação das políticas econômicas dos membros do G-20, seguida de "recomendações" sem nenhuma obrigatoriedade. Mas a China continua querendo impedir a avaliação. Prefere ela mesmo avaliar a sua política econômica.

Sobre regulação do mercado agrícola, o Brasil e outros exportadores saíram satisfeitos com o "fim da ambiguidade" da França. O G-20 se limitará a melhorar a transparência nos mercados, incluindo regulação de derivativos de produtos agrícolas e energéticos, e nos estoques de alimentos.

Distrações tiraram o foco da reunião

A maior parte do comunicado final do G-20 foi água com açúcar. A cada duas frases, uma fazia referência a "levando em contas as circunstâncias nacionais". Muitos estão decepcionados com o fracasso em definir os desequilíbrios na economia mundial. Eles (e o G-20) deveriam parar de perder tempo. Ainda que esses parâmetros pudessem ser definidos, ninguém saberia direito o que fazer com eles. Essas distrações são uma pena, pois o G-20 levantou outras questões igualmente importantes para a economia global e nas quais haveria mais chance de consenso.

Uma dessas áreas é o temor com os preços das commodities. O G-20 pede que organizações internacionais avaliem o que está puxando os preços para cima e considerem a possibilidade de ação. Na verdade o FMI já começou a fazer isso. Em seu World Economic Outlook, o Fundo conclui que a alta no preço dos metais se deve à escassez (e não à especulação) e que os preços estão só na metade, longe do pico, da oscilação média que ocorre em períodos de 20 anos desde 1850. Estudos similares precisam ser feitos para todas as commodities antes que alguma ação seja tomada, se é que algo precisa ser feito.

A segunda área na qual o G-20 poderia ter encorajado mais cooperação é a reforma financeira, insistindo em padrões internacionais de contabilidade e na implementação o quanto antes do acordo de Basileia 3. Nada tornará o sistema financeiro mais seguro que elevar a exigência de capital para as grandes instituições financeiras. Os bancos vão resistir, já que o retorno sobre o capital cairá.

O G-20 precisa focar em batalhas duras porém vencíveis. E desistir de tentar forçar chineses e alemães a consumirem mais.

Sauditas e chineses vetam apoio a Egito e Tunísia para a transição democrática

Pressões da Arabia Saudita e da China esvaziaram tentativas dos ministros de Finanças das 20 maiores economias do mundo de apoiar a Tunísia e o Egito na sua transição para a democracia, depois da derrubada das ditaduras nesses dois países do Norte da África por revoltas populares.

Uma passagem apoiando democracia foi suprimida do comunicado final. O texto apenas promete ajuda para os dois países no "momento apropriado" para beneficiar a sua população e estabilizar as suas economias.

Segundo negociadores, o nervosismo dos sauditas era evidente em discutir democracia, ainda mais em meio às novas revoltas em andamento na Líbia, em Bahrein e no Iêmen, que são combatidas por forte repressão militar.

Os chineses alegaram que tratar de Oriente Médio era tarefa para ministros de Relações Exteriores, e não de Finanças, ignorando o impacto que a crise política na região poderá ter sobre o preço do petróleo, a principal matéria prima mundial.

Também não se ouviu no G-20, nem nas conferências paralelas em Paris, as autoridades abordarem a crise no Oriente Médio.

O Instituto Internacional de Finanças (IIF), que representa os maiores bancos do mundo, terá em março na Índia seu grande encontro de banqueiros, agora com a participação do primeiro-ministro do Qatar, justamente por causa da crise na região.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 21 fev. 2011, Primeiro Caderno, p. A13.